

## **RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 807.571 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE LONDRINA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: FRANCISCO CARLOS DE MELO FILHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: WILSON LOPES DA CONCEIÇÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**DECISÃO: 1.** Trata-se de agravos contra decisões que inadmitiram recursos extraordinários interpostos em demanda ajuizada contra o Município de Londrina visando ao pagamento de indenização por danos materiais.

A sentença julgou extinto o processo, com resolução do mérito, em razão do transcurso do prazo prescricional. A apelação interposta pela parte autora foi provida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ao fundamento de que “prescreve em cinco anos todo e qualquer direito ou ação em face da Fazenda Pública (Federal, Estadual ou Municipal), inclusive ação indenizatória, nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto n. 20.910/1932, que por ser lei especial, não foi revogado com o advento do Código Civil de 2002” (e-STJ, fl. 140, doc. 3).

O recurso especial interposto pela parte ré foi admitido pelo TJPR e submetido, pelo Superior Tribunal de Justiça, à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC). Ao julgar o apelo, a Primeira Seção do STJ assentou o entendimento de que “a prescrição nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública é a quinquenal prevista no Decreto 20.910/32, em detrimento do prazo trienal contido no Código Civil de 2002” (e-STJ, fl. 279, doc. 4).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso extraordinário, o Município de Londrina aponta, com base no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, violação ao art. 97 da CF/88 e à Súmula Vinculante 10, pois a Primeira Seção do STJ afastou a aplicação do art. 10 do Decreto 20.910/32 com fundamento no princípio da isonomia (art. 5º, *caput*, da Carta Magna).

Ainda interpuseram recurso extraordinário, na condição de *amici curiae*, o Estado do Rio Grande do Sul, o Município do Rio de Janeiro e a União.

Sem contrarrazões.

Inadmitidos os apelos, o Município de Londrina, o Estado do Rio Grande do Sul e o Município do Rio de Janeiro apresentaram o agravo do art. 544 do CPC.

2. O recurso extraordinário interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul não pode ser conhecido, uma vez que é pacífica nesta Corte a orientação de que os *amici curiae* não possuem legitimidade para interpor recursos nas causas em que intervêm. Nesse sentido:

Agravo regimental em embargos de declaração em recurso extraordinário.

1. Agravo regimental de amicus curiae. Ausência de legitimidade. Manifesta inadmissibilidade. Precedentes.

2. Agravo regimental não conhecido com determinação de baixa imediata dos autos. (RE 592.317-ED-AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe de 28/5/2015)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL.  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE DECISÃO  
CAUTELAR DEFERIDA EM ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL  
(ADPF). OPOSIÇÃO POR AMICUS CURIAE. AUSÊNCIA DE  
LEGITIMAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO  
CONHECIDOS.

1. Segundo jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, colaboradores admitidos em processos

objetivos e causas com repercussão geral na condição de *amicus curiae* não detém legitimidade para recorrer de decisões de mérito, ainda que tenham participado do julgamento mediante a oferta de elementos de informação.

2. Embargos de declaração não conhecidos. (ADPF 77-MC-ED-segundos, de minha relatoria, Tribunal Pleno, DJe de 8/5/2015)

E ainda: RE 597.165-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 9/12/2014; RE 609.381, de minha relatoria, Tribunal Pleno, DJe de 11/12/2014; RE 596.478-ED, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 5/11/2014.

Outrossim, no que toca ao recurso extraordinário interposto pelo Município do Rio de Janeiro, mostra-se ainda mais evidente a ausência de legitimidade recursal. É que o ente municipal, além de ser parte totalmente estranha à demanda – em que contendem particular e o Município de Londrina –, sequer foi admitido como *amicus curiae*. Não havendo qualquer interesse jurídico do Município na causa, constata-se que o recorrente não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 499 do CPC. Não se conhece, portanto, do recurso extraordinário do Município do Rio de Janeiro.

3. Por outro lado, o recurso extraordinário interposto pelo Município de Londrina também não merece prosperar. O art. 97 da CF/88 determina que *“somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público”*. A Súmula Vinculante 10, por sua vez, dispõe que *“viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte”*.

No caso dos autos, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça afastou a aplicação do art. 10 do Decreto 20.910/32 com fundamento na própria redação da referida disposição normativa e no art. 1º desse

mesmo diploma legal, e não no princípio da isonomia. Confira-se:

Por outro lado, o art. 10 do Decreto 20.910/32 estabelece que o "disposto nos artigos anteriores não altera as prescrições de menor prazo, constantes das leis e regulamentos, as quais ficam subordinadas às mesmas regras". A previsão contida na norma, por si só, não autoriza a afirmação de que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública foi reduzido pelo Código Civil de 2002, a qual deve ser interpretada pelos critérios histórico e hermenêutico.

A norma expressamente prevê que o disposto no referido decreto "não altera" eventuais prescrições de menor prazo constantes em leis e regulamentos, o que inequivocamente remete à idéia de legislação em vigor à época e que contivesse prazos mais reduzidos em favor da Fazenda Pública.

Como exemplo de tal afirmação pode ser citado o disposto no Decreto 20.230/31 ("Interpreta a prescrição alfandegária instituída no art. 666 da nova Consolidação das Leis das Alfândegas"), que dispõe no artigo 1º: "A prescrição especial, regulada pelo art. 666 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, compreende unicamente os erros ou enganos provenientes do cálculo dos direitos, taxa incompetente, redução de pesos e medidas e outros da mesma natureza, cujas provas permanecerem nos despachos, de acordo com a legislação que a instituiu".

Por sua vez, o § 1º do referido artigo estabelece que "o prazo da prescrição será de cinco anos para a Fazenda e de um ano para a parte, contada da data do pagamento dos direitos". (sem destaques no original).

A simples leitura dos referidos dispositivos permite afirmar que o Decreto 20.230/31 expressamente previa prazo reduzido diferenciado em favor da Fazenda Pública no tocante à prescrição alfandegária. Assim, o objetivo do disposto no art. 10 do Decreto 20.910/32 era proteger situações específicas já existentes por ocasião de sua edição, tal como o exemplo citado.

Tal consideração também afasta a possibilidade de

interpretação de eventual alteração do prazo prescricional pela edição de norma futura, sob pena de negativa de eficácia na norma prevista no art. 1º do Decreto 20.910/32. (e-STJ, fls. 277/278, doc. 4)

É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que não viola a cláusula de reserva de plenário ou a Súmula Vinculante 10 o julgado proferido por órgão fracionário que, sem declarar a inconstitucionalidade de lei ou afastar sua incidência com base em argumento constitucional, limita-se a interpretá-la de acordo com o caso concreto. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados: ARE 766.406-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 4/4/2014; AI 776.721-AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 10/12/2014; RE 664.959-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 17/12/2014; RE 814.575-AgR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe de 7/11/2014; ARE 826.489-AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; ARE 818.694-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 8/9/2014; RE 697.710-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 15/8/2014.

4. Diante do exposto, (a) nego provimento aos agravos em recurso extraordinário interpostos pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelo Município do Rio de Janeiro; (b) conheço do agravo interposto pelo Município de Londrina para negar seguimento ao respectivo recurso extraordinário.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

**Ministro TEORI ZAVASCKI**

**Relator**

*Documento assinado digitalmente*